

PALAVRAS DO BRASIL – VOCABULÁRIO E EXPERIÊNCIA HISTÓRICA NO IMPÉRIO DO BRASIL

Aluno: Leandro Macedo Janke

Orientador: Ilmar Rohloff de Mattos

I – Relatório Técnico – Período: 01 de Agosto de 2005 – 31 de Julho 2006

Tenho por finalidade, neste primeiro momento, descrever as atividades realizadas por mim na pesquisa, ao longo deste ano que se passou. O projeto “Palavras do Brasil – Vocabulário e Experiência Histórica no Império do Brasil”, conta com uma equipe composta pelo orientador professor Ilmar Rohloff de Mattos e a participação dos pesquisadores bolsistas, Leandro Macedo Janke e Paula Rodrigues Belém.

• Práticas do grupo

Em nossa pesquisa temos o compromisso de realizarmos encontros semanais, que variam de uma a duas vezes na semana, cujos objetivos principais são: promover debates, sob a forma de seminários, tanto de textos teóricos como também de fontes primárias; extrair questões, possíveis interpretações e contestações dos textos em discussão; desenvolver uma relação orgânica entre as diversas fontes documentais e os textos teóricos, na análise das diversas significações observadas nos conceitos selecionados como possuidores de maior relevância para os objetivos do projeto.

Uma outra atividade que também é de fundamental relevância, é a elaboração de textos, sob a forma de relatórios e fichamentos, com as principais reflexões extraídas das leituras, dos debates e da orientação, promovidos nos encontros semanais citados anteriormente. Para uma melhor compreensão dos conceitos em questão, bem como também dos questionamentos oriundos das análises feitas pelo grupo, esta atividade por último mencionada, desenvolve-se mensalmente.

No que diz respeito mais especificadamente aos textos teóricos e às fontes primárias, os primeiros são capítulos de diversos livros, de variados autores e com relação às fontes primárias, situam-se ou em material editado e publicado sob a forma de livros ou são consultadas em órgãos públicos de pesquisa, como por exemplo: Fundação Biblioteca Nacional, IHGB, entre outros.

• Atividades desenvolvidas

Apresentação, por meio de painéis, dos objetivos e práticas do projeto no evento realizado na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, denominado *PUC por um dia*; Participação em Seminários e/ou palestras em que as temáticas apresentavam relações com a pesquisa; Exposição oral deste projeto de pesquisa no XIII Seminário de Iniciação Científica, realizado na PUC-Rio, em Agosto de 2005.

• Bibliografia básica

Como assinaléi anteriormente, as leituras e debates providos semanalmente possuem um papel fundamental no andamento do projeto. As leituras teóricas realizadas foram:

FEBVRE, Lucien. **Honra e Pátria**. Rio de Janeiro Ed. Civilização Brasileira, 1998.

KOSELLECK, Reinhart. **Le Futur passe. Contribution à la sémantique des temps historique**. Paris: Ed. de l'école des hautes études em sciences sociales, 1990.

_____ “ *Uma história dos Conceitos: Problema teóricos e práticos.*”, In. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.5, n. 10, 1992

E. P. Thompson, “ Prefácio” [1968]- **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Tradução de Denise Bottmann.

BURKE, Maria Lúcia Garcia Pallares. **As muitas faces da história. Nove entrevistas**. São Paulo. Unesp.

DIAS, Maria Odila Silva. “*A interiorização da metrópole (1808- 1853)*”, In C. Guilherme Mota (org.) **1822: Dimensões**. São Paulo: Perspectiva ,1972.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema. A formação do Estado Imperial**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Access Editora, 1999.

- **Fontes primárias**

SILVA, Joaquim Norberto de Souza. **História da Literatura Brasileira e outros Ensaios**. Rio de Janeiro: Zé Mario Editor, 2002.

ROCHA, Justiniano José da. “ Ação, reação, transação. Duas palavras da atualidade política”. In: MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. **Três panfletários do Segundo Reinado**. São Paulo: CIA Editora Nacional, 1956.

MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. “ O Libelo do Povo por Timandro.” In **Três panfletários do Segundo Reinado**. São Paulo: CIA Editora Nacional, 1956.

II - Relatório Substantivo

• Introdução

Durante este período de um ano, tive como principal finalidade analisar as significações contidas no conceito de Povo e de seus co-relatos. O recorte temporal por mim trabalhado, corresponde à consolidação do Estado Imperial, mais especificamente em meados do século XIX.

• Objetivo

A larga utilização das palavras Povo e Nação, nos documentos pesquisados, em meados do século XIX, pelos habitantes do Império do Brasil, adquiriram importância neste último ano de pesquisa do projeto “Palavras do Brasil”. Tal fato revela e incorpora uma significativa relevância para a compreensão da experiência vivida por aqueles homens, na medida em que, como desenvolve o historiador alemão Reinhart Koselleck, os conceitos possuem a capacidade de atuarem como Fator e Indicador de uma experiência histórica específica. De acordo com Koselleck:

“[...] todo conceito articula-se a um certo contexto sobre o qual também pode atuar, tornando-o compreensível.”¹

Assim, para que possamos tornar compreensível o valor significativo dessas duas palavras-força (Povo e Nação) em questão, repito, em meados do século XIX em um processo de consolidação do Estado Imperial sob a direção saquarema, é interessante promovermos uma sucinta análise desses conceitos em momentos anteriores ao mencionado, com a finalidade de identificar as transformações sofridas nessas terminologias sócio-políticas bem como de seus significados, que são característicos de determinadas experiências históricas, inseridas em um respectivo tempo histórico.

Começamos pela palavra Nação. Até o século XIX, o termo Nação era utilizado com a funcionalidade de definir o outro e o diferente, promovendo desta maneira um afastamento entre os indivíduos que habitavam um determinado território, na medida em que o uso deste conceito, sobretudo na primeira pessoa do plural, colocava em destaque características étnico-culturais de um determinado grupo. Assim, em linhas gerais, o uso do termo Nação, no território que correspondia ao Brasil, até o final do XVIII e início do XIX, correspondente à experiência colonial, atua caracteristicamente como um fator de individuação e afastamento entre grupos e regiões.

Durante as primeiras décadas do XIX, o conceito de Nação sofre uma reorientação em seu sentido e significado, passando a ser utilizado, neste momento, com o objetivo de expor um ideal de unidade entre os indivíduos de um determinado território. Nesta medida, o termo deixa de ser um elemento que indica um afastamento e passa a sugerir uma idéia de aproximação, de identificação entre aqueles que habitavam as diversas províncias deste novo império que surgia, o Império do Brasil. É um passo fundamental no sentido de afirmação deste recém criado Império do Brasil, é diferenciá-lo, da antiga metrópole. Deliberaremos mais adiante sobre esta questão.

Movimento muito parecido é observado ao analisarmos a transformação no conteúdo significativo do conceito de Povo, entre as primeiras décadas do XIX e os anos de 1850/60. Isso porque, de 1820 até os anos de 1840, o termo assume duas características marcantes. A primeira é o seu caráter político, sendo largamente utilizado nas discussões acerca do Constitucionalismo, sobretudo na defesa de uma soberania popular em oposição à soberania

¹ KOSELLECK, Reinhart. Uma História dos Conceitos: problemas teóricos e práticos. Revista Estudos históricos. Vol.5, no. 10, 1992.

real. A segunda característica marcante do termo entre 1820 / 1840, é a conotação regional impregnada ao mesmo, destacando-se desta maneira a elite política, bem como seus projetos para o Império, de inúmeras províncias. Era constante a utilização, em documentos políticos de expressões como “*povo paulista*”, “*povo pernambucano*”, “*povo mineiro*”.

Vale ressaltar, retomando as palavras de Koselleck, que o uso do conceito de Povo, dotado de um caráter marcadamente político e regional, articula-se a um determinado contexto. E como já foi exposto, tal contexto é marcado, predominantemente, nos anos 1820, pelas discussões acerca do Constitucionalismo e durante as regências, por uma forte instabilidade política, como nos demonstram as inúmeras revoltas eclodidas neste momento.

Por meados do século XIX, a palavra Povo, assim como a palavra Nação na passagem do XVIII para o XIX, sofre um redirecionamento, na medida em que podemos identificar um gradativo esvaziamento de seu significado político-regional, passando cada vez mais a incorporar um discurso que propõe uma homogeneidade, identificada com o crescimento da utilização da expressão “povo brasileiro”.

Feita esta rápida consideração sobre a utilização dos conceitos de Povo e Nação, desenvolverei a seguir, mais extensamente, os significados adquiridos por esses dois conceitos em meados do XIX, foco de minha pesquisa.

Comentei anteriormente, que um passo fundamental para a afirmação deste império do Brasil, residia em dissociá-lo de sua antiga metrópole. Tal empreendimento, contudo, só fazia-se possível caso este corpo político independente adquirisse, ou melhor, internalizasse, entre os habitantes de todas as suas províncias, um sentimento e consciência nacionais. Assim, e isto é fundamental para o estudo que aqui se pretende, para os homens daquela época, a noção de império associava-se, invariavelmente, a uma concepção nacional, o que já nos mostra uma descontinuidade com relação ao Império Português, que se identifica com uma concepção clássica de império.

Para aqueles que pensavam este império, os homens da boa sociedade, o projeto de construção do Estado Imperial, tem como um de seus pressupostos essenciais, a construção de uma Nação Brasileira, que se identifique com um ideal de ordem e civilização das elites dominantes. De acordo com Ilmar Mattos,

“A associação entre Império do Brasil e Nação Brasileira era propiciada pela construção do Estado Imperial. E nesta construção, por sua vez, implicava a própria constituição da Nação. À dominação das demais “nações” pelo Governo do Estado somava-se a necessidade do exercício de uma direção intelectual e moral dos brasileiros, sobretudo aqueles responsáveis pelo Governo da Casa, o que implicava em romper com as identidades geradas pela colonização, por meio da difusão dos valores, signos e símbolos imperiais, da elaboração de uma língua, de uma literatura e de uma história nacionais, [...] O Estado Imperial deveria empreender uma expansão para dentro, de modo permanente e constante, indo ao encontro dos brasileiros que forjava.”²

Nesta medida, em meados do século XIX, a palavra Nação, em sua acepção moderna, apresenta-se mais do que nunca associada a um ideal de construção, por meio de diversos “*signos e símbolos imperiais*”³, de uma identidade e consciência nacionais, visto que neste momento já temos um projeto político vencedor para este Estado Imperial, o projeto saquarema.

Em relação a esta idéia de construção, bastante mencionada nessas últimas linhas, é válido ressaltar que não se trata de algo matematicamente pensado e executado, ou que segue uma progressão retilínea e uniforme em seu empreendimento. Ao contrário, a noção de

² MATTOS, Ilmar Rohloff de. Do Império do Brasil ao Império do Brasil.

³ Idem.

construção aqui pensada, associa-se a algo lento, gradual, subjetivo e que dialoga com as diferentes experiências vividas, ao longo da construção deste Estado, pelos homens que a direcionavam. Uma construção que se associa, principalmente em meados do XIX, com a noção de aprendizado, feito por meio de diversos instrumentos sócio-culturais, dos quais gostaria, no momento, de destacar três: a Língua, a Literatura e a História.

Para desenvolver as considerações acerca da importância da História, Língua e Literatura no conteúdo incorporado aos conceitos de Nação e Povo, na temporalidade em questão, foi fundamental a leitura e análise do livro “História da Literatura Brasileira”, organizado por Roberto Azícelo, que engloba inúmeros ensaios escritos por Joaquim Norberto de Souza Silva ao longo dos anos 1850 / 1860. É latente em seus ensaios a relevância dada à língua, à história e à literatura, ao defender algo que seja eminentemente nacional e original desta Nação e deste Povo, a literatura brasileira.

A defesa de uma língua brasileira apresenta um papel fundamental na construção de toda uma cultura nacional que, como já foi dito, possui elementos singulares. De acordo com Joaquim Norberto em seu ensaio “A Língua Brasileira”, apesar dos brasileiros terem herdado o idioma, o português, da antiga metrópole, o mesmo ao ser trazido para a América passa por diversas modificações, causadas, de acordo com o autor, pela influência do clima, pelo aspecto da natureza e dos usos e costumes próprios das diversas regiões que comportavam o Brasil. Neste sentido, Joaquim Norberto promove, simultaneamente e desde os tempos coloniais, um elo de união entre os habitantes do Brasil, por falarem uma língua que lhes é peculiar e um afastamento e/ou descontinuidade com relação à antiga metrópole. Tal argumento fica bastante claro na seguinte passagem:

“[...] não se pode deixar de fazer sentir a diferença que o clima, o caráter dos povos e outras muitas circunstâncias devem ter produzido sobre o idioma português no Brasil. Que é incontestável que a língua portuguesa tem continuado a ser comum aos habitantes dos dois mundos, como permanecendo essencialmente a mesma; mas que também não se pode duvidar de que, transportado ao Brasil, modificou algum tanto a sua índole, por efeito da poderosa influência do clima, do caráter dos naturais, da mistura das raças, etc. Que, além dessa diferença, que abrange a generalidade do idioma, há também a considerar a introdução de um grande número de vocábulos e costumes indígenas ou mesmo dos colonos do ultramar, que sucessivamente foram passando ao Brasil.”⁴

Diversos elementos chamam a atenção neste fragmento, na defesa feita pelo autor da existência de uma língua brasileira. Contudo, gostaria de destacar dois desses inúmeros elementos. O primeiro, explicitado por duas vezes no fragmento, é o papel fundamental do clima, do solo e da natureza, bem como da contribuição de vocábulos indígenas e de colonos ultramar, na configuração de uma língua nacional. E o segundo ponto, remete justamente a um silêncio, a uma ausência por parte do autor em relação à contribuição de palavras de origem africana incorporadas, ao longo dos anos, na linguagem daqueles que aqui habitavam. Tal silêncio, contudo, nos diz bastante e se torna compreensível quando incorporado a uma sociedade escravista e que possuía como alicerces básicos em seus ideais de ordem e civilização, a defesa de hierarquias e propriedade.

No que diz respeito à defesa de uma nacionalidade da literatura brasileira, Joaquim Norberto também mantém como um de seus argumentos centrais, para defender sua premissa, a importância da influência do clima, da natureza e dos usos e costumes na formação de uma literatura eminentemente nacional e original. E assim como utiliza em seu ensaio sobre a língua brasileira, considera que tal nacionalidade da literatura brasileira encontra-se presente desde os tempos coloniais, passando pela independência, até atingir a atualidade, transmitindo

⁴ SILVA, Joaquim Norberto de Souza. História da Literatura Brasileira. Pp. 343/344.

as principais características desta nacionalidade e originalidade ao longo das épocas. Joaquim Norberto transmite desta forma, ao leitor, uma concepção evolutiva e linear, própria do XIX, do nacional e original em nossa literatura, e assim consequentemente no povo brasileiro. Tal periodização pode ser identificada na seguinte passagem:

“No Bosquejo da história da poesia brasileira, que publiquei [...] dividia nossa história literária em seis épocas. A primeira abrange os dois primeiros séculos [...] A segunda trata do começo até meados do século décimo oitavo, em que ainda dominam o gongorismo e marinismo, mas já bruxuleiam os raios de uma nova aurora, de uma nova tendência para uma poesia mais nacional, menos abastardada, em que as sociedades literárias que aparecem começam a chamar a atenção dos brasileiros para o cultivo das letras. A terceira compreende do meado até fins do século décimo oitavo, em que as tendências para a poesia nacional se desenvolvem e as letras ganham algum impulso [...] A quarta abraça do começo do século décimo nono até o momento da proclamação da independência nacional, época do reino, ou antes, da transição da colônia para o império, na qual domina a poesia religiosa e ouvem-se na sua harpa sagrada prelúdios dos hinos da liberdade; são as idéias da independência que germinam, é a águia brasileira que se revolve no ovo e conhece que é chegado o momento do seu nascimento, o instante de ver a luz do dia. A quinta é a época da independência, em que os cantos dos Tirteus proclamam a emancipação do povo, a quem coube por herança um grande império, e que no trono constitucional a arca de sua salvação no meio do dilúvio das dissensões demagógicas que submergem as instituições democráticas das jovens repúblicas americanas. A sexta época é a da reforma da poesia e do engrandecimento da literatura nacional.”⁵

Fica bastante claro, pelo fragmento acima, uma tentativa em demonstrar que desde a experiência colonial já é possível observar entre os brasileiros a “*tendência para uma poesia mais nacional, menos abastarda*”, e que tal tendência foi gradativamente se desenvolvendo, pois este era o único horizonte possível, até se atingir ao “*engrandecimento da literatura nacional*”.

O papel da história já mostra-se perceptível neste último fragmento analisado, na medida em que, Joaquim Norberto seleciona determinados fatos, como por exemplo a “*época da independência, em que os cantos dos Tirteus proclamam a emancipação do povo*” legitimando-os com o objetivo de valorizar não só uma nacionalidade da literatura, mas também a existência de uma tradição histórica desta nacionalidade literária. Tradição esta, que se torna inteligível através da narrativa de uma história nacional, que tem por objetivo selecionar e elaborar um encadeamento entre diversos episódios de modo que se tenha um todo coerente, que faça um sentido para aqueles que lêem aquilo que está sendo narrado. E assim, como fez Joaquim Norberto com a literatura, a história nacional, a História do Brasil, produz um encadeamento dos episódios selecionados, que permite aos habitantes acompanharem o crescimento desta Nação e deste Povo. A relação complementar entre história e literatura, no projeto de construção de uma consciência nacional, é bastante perceptível nas seguintes palavras de Joaquim Norberto:

“A história narra os acontecimentos, porém a literatura acrescenta à fiel narração da história os monumentos que a ilustram. Se de alguma coisa com razão podíamos ser acoimados, era de negligentes e esquecidos do nosso passado, de nossas glórias literárias; [...] os jovens talentos cobram ânimo e se entregam a penosas indagações, dentro em pouco

⁵ Idem. Pp. 51.

a nossa história será depurada dos erros que lhe emprestara a ignorância estrangeira, e nossa literatura estudada e posta em luz a sua nacionalidade.”⁶

• Conclusão

A partir do que foi exposto neste relatório, gostaria de ressaltar algumas questões.

Um primeiro ponto que gostaria de chamar a atenção é a forte associação entre os conceitos de Povo e Nação, chegando em alguns fragmentos de serem possíveis de os considerarmos como verdadeiros sinônimos. Esta intensa aproximação entre essas duas palavras-chave deste estudo, torna-se compreensível quando as associamos ao contexto em que encontram-se inseridas. Trata-se de um momento, meados do século XIX, em que o Governo do Estado, sob a direção saquarema, encontra-se fortalecido, se impondo sobre a Casa e a Rua⁷. Momento, portanto, sem grandes convulsões sócio-políticas e de melhoramentos materiais, como água encanada, iluminação a gás, construção de rodovias e ferrovias, que contribuiu para criar naqueles homens públicos (senadores, magistrados, deputados e ministros) e também nos não públicos (intelectuais, profissionais liberais, comerciantes) um sentimento de rumo ao progresso e de que o Império do Brasil caminhava, inexoravelmente em direção ao rol das Nações Civilizadas.

E expandir para os corações dos habitantes de todas as províncias deste império – o Povo brasileiro – um ideal de ordem e civilização, criando uma identidade e consciência nacionais, combatendo assim, os possíveis e existentes regionalismo advindos da experiência colonial e das regências e do mundo da Desordem (os escravos), por meio da construção de uma história, literatura e língua, eminentemente nacionais, foi fundamental, neste momento, para a própria consolidação deste Estado Imperial nos anos de 1850 / 60.

Joaquim Norberto expressa bem essa relação entre os conceitos de Povo e Nação nesta experiência de difusão de uma determinada nacionalidade e originalidade, que coloca em destaque a literatura, a história e a língua. De acordo com o autor,

“A literatura de um povo, é o livro de ouro onde os gênios escrevem os fastos do pensamento; é o desenvolvimento do que ele tem de mais sublime nas idéias e de mais heróico nos sentimentos; panteão de sua celebridades, contém a história inteira das paixões que agitaram a sua alma, e o segredo das influências que conduziram suas inspirações. [...] Um povo que não tem uma literatura chegará dificilmente a ser uma nação, porque a nacionalidade rebenta do sentimento vivo da sua glória passada e das tradições de seus maiores, cujos nomes e preciosos trabalhos a literatura, com um eco imortal, repetirá até as mais remotas gerações da terra.”⁸

⁶ Idem. Pp. 112

⁷ Sobre as relações entre o Governo do Estado e o Governo da Casa, na construção do Estado Imperial brasileiro, bem como os espaços de sociabilidade existentes, cf. Ilmar Rohloff de Mattos. O Tempo Saquarema.

⁸ SILVA, Joaquim Norberto de Souza. História da Literatura Brasileira. Pp. 112.